TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICICA EM JUCURUTU/RN

Micarla Duarte de Lima[1]

RESUMO

O presente artigo apresenta a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto brasileiro e o cenário de luta e resistência que está sendo vivenciado na construção da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN. Situa-se a discussão no período a partir do final da década de 70, compreendendo as disparidades referentes a política energética no país. Nesse panorama destaca-se a realização de eventos nacionais e internacionais que corroboraram para o fortalecimento do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Isto posto, referencia-se a vivência profissional ocorrida no período de 2013 à 2019 enquanto atuante na equipe social da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN, destacando a interlocução do serviço social com os movimentos sociais. Nesta perspectiva, dialoga-se com COUTINHO (1997), DURIGUETTO (2011) e MONTAÑO e DURIGUETTO (2011) acerca das categorias teóricas movimentos sociais, cidadania e democracia no contexto dos desafios e conquistas protagonizados pelo movimento dos atingidos na trajetória contra-hegemônica pela garantia de direitos.

Palavras-chaves: Movimento dos Atingidos por Barragens; Barragem Oiticica; Movimento Social; Cidadania; e Democracia

ABSTRACT

This article presents the trajectory of the Movement of Those Affected by Dams in the Brazilian context and the scenario of struggle and resistance that is being experienced in the construction of the Oiticica Dam in Jucurutu/RN. The discussion is in the period from the end of the 1970s, comprising the disparities related to energy policy in the country. In this panorama, we highlight the holding of national and international events that corroborated the strengthening of the MAB (Movement of Those Affected by Dams). This said, we refer to the professional experience that occurred in the period from 2013 to 2019 while working in the social team of the Oiticica Dam in Jucurutu/RN, highlighting the dialogue of social service with social movements. In this perspective, it dialogues with COUTINHO (1997), DURIGUETTO (2011) and MONTAÑO and DURIGUETTO (2011) about the theoretical categories social movements, citizenship and democracy in the context of the challenges and achievements led by the movement of those affected in the counter-hegemonic trajectory for the guarantee of rights.

Keywords: Movement of those affected by dams; Oiticica Dam; Social Movement; Citizenship; and Democracy.

[1] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mails: micarlalima@alu.uern.br e micarlarn@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Barragem Oiticica, em construção no município de Jucurutu/RN desde junho/2013, é uma obra de grande relevância para o Estado do Rio Grande do Norte, considerada a redenção hídrica para o Seridó, acumulará cerca de 556 milhões de metros cúbicos de água. A base normativa para a construção deste açude encontra-se no Decreto n° 26.202 de 07 de julho de 2016[2], onde declara de utilidade pública, uma área de terra com 11.372,00 ha (onze mil trezentos e setenta e dois hectares).

Quando concluída, será o terceiro maior reservatório de água do Estado do Rio Grande do Norte com capacidade para abastecer até 2.000.000 de habitantes.

Essa obra encontra-se orçada em aproximadamente R$ 650 milhões de reais, cujo recurso advém do Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Regional. A execução do complexo de obras é realizada pelo Governo do Estado através da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), sob a interveniência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Data-se de 26/06/2013 a assinatura da ordem de serviço das obras que perduram até os dias atuais, cuja execução encontra-se com cerca de 92% concluída.

Destaca-se que o Empreendimento supramencionado compreende uma extensão de aproximadamente cinco quilômetros, numa composição de três estruturas, uma de concreto compactado a rolo (barragem principal) e duas de solo (barragens auxiliares I e II), cujo ponto mais elevado, na calha do rio, terá 50 metros de altura. Nesse sentido, uma complexa “obra social” faz parte do cenário de Oiticica, cujo objetivo é minimizar os impactos ocasionados à população diretamente afetada, através do reassentamento de aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) famílias.

[2] RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 26.202, de 07 de julho de 2016**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou constituição de servidão administrativa, uma área de terra situada nos Municípios de Jucurutu/RN, São Fernando/RN e Jardim de Piranhas/RN, a ser destinada à construção da Barragem Oiticica, ajusta a poligonal de contorno da respectiva bacia hidráulica, descrita no Decreto Estadual nº 18.062, de 13 de janeiro de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado em 14 de janeiro de 2005, e dá outras providências. Natal/RN, 2016.

A construção da Barragem Oiticica é permeada por diversas complexidades, onde a 'redenção hídrica do Seridó' vem acompanhada por diversos impactos sociais, ambientais, cultural, políticos e econômicos, sobretudo sob a população diretamente atingida pelas obras. Desperta-se entre os moradores questionamentos variados em relação aos possíveis desdobramentos desse empreendimento. Enquanto uns analisam de forma positiva, haja vista a urgência e premência de políticas públicas para o enfrentamento dos distúrbios causados pelas secas (notadamente na falta d'água para o consumo humano e animal), outros apresentam a obra como algo controverso em relação às possíveis consequências para os atingidos e atingidas.

Contudo, esse cenário encontra-se minado por lutas e resistências no processo de garantia de direitos, tensionado pelas reivindicações do Movimento dos Atingidos e Atingidas e pela intervenção do Estado. A mobilização da população atingida se expressa como participação política e contra-hegemônica, corroborando para a ampliação dos espaços democráticos de decisão e formação de uma consciência crítica.

2 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: "ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS"

2.1 O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no contexto brasileiro

Os primeiros passos da organização dos atingidos por barragens teve início ainda no final da década de 70, na ditadura militar, período em que ocorreu a retirada forçada de direitos civis e políticos, e a intensificação de um modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Isto posto, MONTAÑO e DURIGUETTO afirmam que

> Esse modelo viabilizou a construção de Usinas Hidrelétricas em todo país e tais obras deixaram milhares de pessoas desalojadas de suas terras, uma enorme massa de camponeses trabalhadores perderam suas casas, terras e trabalho. Muitos foram morar nas periferias das grandes cidades e é nesse contexto que surge a necessidade da organização e da luta dos atingidos por barragens no Brasil. (2011, p. 299)

Esse cenário demarca uma longa história de resistência, luta e conquistas. Inicialmente reivindicava-se a garantia constitucional do pagamento das indenizações de forma justa, prévia e em dinheiro, assim como a implantação de reassentamentos para remanejar as famílias atingidas. Para tanto, ampliou-se o entendimento dos impactos ocasionados por esse tipo de empreendimento, compreendendo que há um propósito que abrange o contexto nacional e internacional, não se limitando a construção de uma barragem específica, mas sim ao que está imbricado nela, que corresponde ao modelo enérgico adotado. Surgem assim diversos conflitos e questionamentos acerca das alternativas de distribuição de energia sustentáveis, ecologicamente responsável e economicamente acessível.

Nesta perspectiva de democratização da política energética que emerge o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 1991, disseminando o lema de que "Água e energia não são mercadorias". Esse marco histórico ocorreu no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, com a participação de delegados de todas as regiões do país, constituindo o MAB como um movimento nacional, popular e autônomo.

> O MAB é definido como um movimento de caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, com rostos regionais, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução. Somos uma organização com participação e protagonismo coletivo em todos os níveis. Nosso objetivo é organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos). (MAB, 2021)

Ressalta-se que o MAB compreende um dos quatros movimentos que fazem parte da Via Campesina, que é um movimento internacional coordenador de organizações camponesas, cujo objetivo principal é "desenvolver solidariedade entre as organizações de pequenos agricultores; preservação da terra, soberania alimentar; produção agrícola sustentável, entre outros." (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 298)

A Via Campesina articula os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional. Construída sobre um forte senso de unidade e solidariedade, defende a agricultura camponesa pela soberania alimentar como forma

de promover a justiça social e a dignidade, assim como se opõe fortemente ao agronegócio. Sua luta é pela soberania militar, terra/água e território, solidariedade internacional, agroecologia e sementes camponesas, justiça climática e ambiental, direitos das mulheres e dos homens camponeses, solidariedade com trabalhadores migrantes e assalariados. (VIA CAMPESINA, 2017)

Nesse contexto é importante destacar alguns desafios teóricos e político-organizativos dos movimentos sociais na contemporaneidade. Esse panorama é discutido por MONTAÑO e DURIGUETTO (2011) a partir de considerações realizadas por BORÓN (2007) que destaca três fenômenos que se inter-relacionam: "...a) fragilidade organizativa; b) imaturidade da consciência política; c) predomínio de espontaneísmo como modo de intervenção política". (p.349)

Os movimentos sociais são desafiados à desenvolver reflexões propositivas que ultrapasse o imediatismo, com a propagação de ações coletivas articuladas no sentido de agregar e unir, corroborando em reinvindicações emancipatórias. O desafio para fins de organização e consciência de classe perpassa pelo encadeamento e comunicação entre as demandas de lutas sociais, o movimento social organizado e os projetos que visem uma intervenção política numa perspectiva contra-hegemônica e anticapitalista.

A luta por direitos se constitui a principal bandeira dos movimentos sociais, alicerçada nos ideários de justiça e equidade, assim como visando a superação da ordem social vigente. Historicamente os movimentos sociais protagonizaram lutas imbuídas no contexto de reformismo, onde sob a égide do capital observa-se retrocessos nas concessões dos direitos sociais reivindicados, em contrapartida busca-se acirrar a correlação de forças existente com o intuito de transformação e superação em benefício dos trabalhadores.

É importante refletir que as lutas sociais se inserem numa amplitude de contradições, determinações e conflitos próprios da sociedade capitalista em que estão inseridas. Sociedade essa caracterizada como espaço de luta organizada, de

relações desiguais de poder e de acesso fragmentado. Nesse sentido, situamos a trajetória de luta e resistência do Movimento dos Atingidos por Barragens

> Enquanto organização, somos fruto de um longo trabalho de construção coletiva. Por não aceitarmos injustiças, a destruição da natureza e termos certeza de que podemos viver de uma forma melhor, nós nos organizamos e lutamos, com muito sacrifício, enfrentando inimigos poderosos que só nos exploram, oprimem e nos expulsam de nossas comunidades. (MAB, 2021)

Na trajetória do MAB destacam-se a realização de congressos e encontros nacionais e internacionais, se configurando em espaços de socialização, fortalecimento, reivindicação e agenda de mobilização dos atingidos. Para tanto, registra-se a realização do I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens ocorrido no mês de março do ano de 1997, na cidade de Curitiba/PR com delegações de 20 países. No último dia do evento, foi aprovada a declaração de Curitiba, que oficializou o dia 14 de março como o Dia Internacional de Luta contra as Barragens, Pelos Rios, Pela Água e Pela Vida.

Em 2004 o MAB realizou uma marcha histórica com cerca de 600 militantes. Foi a Marcha Nacional Águas pela Vida, percorrida de Goiânia à Brasília, para exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos atingidos. A manifestação denunciou a necessidade de enfrentamento às empresas construtoras de barragens e questionou a política energética do governo brasileiro, apresentando alternativas para o setor. (MAB, 2011)

Esse movimento foi recebido pela primeira vez por um Presidente da República no ano de 2009. Durante o lançamento do Plano Safra daquele ano, e posteriormente em falas públicas e em audiência com o MAB, o então presidente Lula reconheceu que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com os atingidos por barragens. Falou também que não terminaria seu mandato sem resolver o problema. No entanto, seu mandato acabou e os problemas continuaram, e perduram até os dias atuais.

Reunindo cerca de 2.500 atingidos de todo o Brasil, de 1 a 5 de setembro de 2013, realizou-se o 7° Encontro Nacional do MAB**,** em Cotia, São Paulo. Foi neste encontro que o movimento definiu priorizar a luta específica dos atingidos diante da

construção de grandes barragens, principalmente na Amazônia, avançar na construção do Projeto Energético Popular, participar das lutas gerais do povo e fortalecer a organicidade interna. (MAB, 2021)

Nesse sentido, ainda na trajetória de luta e resistência, destaca-se

> O maior encontro de atingidos por barragens da história do Brasil realizado até o momento aconteceu entre 1 e 5 de outubro, no Rio de Janeiro. Participaram do 8° Encontro Nacional do MAB mais de 3.500 atingidos organizados no MAB, centenas de trabalhadores e militantes de organizações de 19 países. A atividade ocorreu no centenário da Revolução Russa, e afirmou a necessidade de unidade da classe trabalhadora no Brasil pela soberania nacional, e definiu os rumos para a luta de um Projeto Energético Popular com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. Como marco, foi realizada uma grande marcha, que contou com a presença de cerca de 20 mil pessoas no coração da cidade, no caminho entre as duas grandes estatais de energia do país, a Eletrobras e a Petrobras. (MAB, 2021)

Situam-se também dois eventos recentes ocorridos no Brasil, envolvendo barragens de rejeitos, onde o MAB atuou incisivamente em favor dos atingidos em decorrência desses crimes ambiental, social e humano. O primeiro ocorreu em 05/11/2015 com o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco (Vale e BHP Billiton), em Mariana/MG. Foram 19 (dezenove) mortes, milhares ficaram desalojados e sem água potável. Mais de 600 quilômetros do rio Doce foram destruídos, causando a morte de peixes e da biodiversidade marinha no litoral do Espírito Santo. O MAB esteve no centro das discussões nacionais e internacionais sobre os direitos dos atingidos e sobre a segurança dos que vivem à jusante das barragens, sob constante ameaça.

Posteriormente, houve o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho/MG em 25/01/2019 onde foram mortas 272 (duzentos e setenta e dois) pessoas. Esse crime provocou também a destruição do rio Paraopeba e foi classificado como o maior acidente de trabalho da história do Brasil. Para tanto, o MAB fortaleceu a organização do movimento na região e fizeram denúncia nacional e internacional da empresa reincidente. (MAB, 2021)

Contudo, as conquistas alcançadas pelo MAB, ainda não se tornaram Lei, de tal forma que ainda não existe uma legislação específica que assegure os direitos dos

(as) atingidos (as) por barragens. Em 25/06/2019 o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, o Projeto de Lei 2.788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e elenca os direitos dessas pessoas.

Segundo o texto desse Projeto de Lei[3], o programa de direitos que o empreendedor deverá financiar terá de conter ações específicas destinadas a mulheres, idosos, crianças, portadores de necessidades especiais e pessoas em situação de vulnerabilidade, populações indígenas e comunidades tradicionais, pescadores e aos trabalhadores da obra. Todavia, esse programa de direitos deverá ser aprovado por um comitê local da política nacional dos atingidos por barragens, assim como será necessário um órgão colegiado tripartite (governos, empreendedores e sociedade civil) para acompanhar e fiscalizar a formulação e a implementação da política. Assim sendo, discorre-se a seguir acerca de vivência profissional oportunizada no processo de construção da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN e interlocução com o movimento dos atingidos da região impactada.

2.2 Movimento dos Atingidos pela construção da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN: *"Barragem de Oiticia, sim. Injustiças, não. Direitos, já. No ponta pé não saíremos"*

O Estado brasileiro, desde o século XIX, tem investido no semiárido nordestino durante e após os períodos de secas, utilizando para tanto várias formas de captação de água. Isto posto, após a grande seca de 1877, que culminou com a morte de mais de 2 milhões de nordestinos, o Estado passou a intervir através da construção de barragens e obras de irrigação. (MOREIRA, 2017)

[3] CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Meio Ambiente e Energia**. Câmara aprova política nacional em prol de atingidos por barragens. Publicado em: 25/06/2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/560828-camara-aprova-politica-nacional-em-prol-de-atingidos-por-barragens/. Acesso em: 26/02/2020.

Conforme MOREIRA (2017), observa-se a ação contraditória do Estado no que concerne à construção de barragens e as medidas adotadas para atender a população atingida. O processo decisório envolvia a negociação das propriedades que seriam inundadas, entre Estado e os detentores do título do imóvel. Para tanto, uma nova configuração vem modificando esse cenário, haja vista a efervescência da organização e mobilização social, que colocam em defesa da população atingida os representantes do próprio Estado.

A obra da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN compreende, além de todos os projetos de engenharia relacionados aos barramentos de solo e concreto, uma complexa obra social envolvendo cerca de 850 (oitocentos e cinquenta) famílias que serão diretamente impactadas.

As famílias diretamente atingidas estão localizadas em propriedades rurais de três municípios do Rio Grande do Norte, são eles Jardim de Piranhas, Jucurutu e São Fernando, e em um distrito com características urbanas no município de Jucurutu.

Parafraseando o lema utilizado pelo Movimento dos Atingidos da Barragem Oiticica *"Barragem Oiticica, sim. Injustiças, não. Direitos, já. No ponta pé não sairemos"*, é possível identificar um dos binômios cruciais que envolve a construção desse empreendimento. Por um lado, beneficiará milhares de pessoas, no acesso à água em seus múltiplos usos, em meio as sucessivas secas que assolam a região, porém sob um valor milionário aos cofres públicos e um preço incalculável para a população que por ela será expropriada. Será que essa conta gerará saldo positivo ou produzirá dívida social?

Sendo assim, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte adotou um Plano de Reassentamento Involuntário[4], visando minimizar os efeitos negativos da realocação dessas famílias, garantindo uma nova base produtiva e/ou melhores condições de vida ou, no mínimo, similares às atuais, no que se refere à habitação, organização social, condições ambientais e organização econômica.

[4] SEMARH-RN. **Plano de Reassentamento da Barragem Oiticica – Jucurutu/RN**. KL Engenharia, Fortaleza/CE. Novembro, 2014.

No período de 2013 a 2019 vivenciou-se a dinâmica da construção da Barragem Oiticica, enquanto integrante da equipe social contratada para assessorar o Estado. Essa experiência profissional proporcionou aproximar-se da atuação do Movimento dos Atingidos, assim como acompanhar suas reivindicações e conquistas.

Fazendo alusão a relação da profissão com as lutas e movimentos sociais, essa identificação é histórica e perpassa o processo de construção do projeto ético-político profissional. Faz-se necessário materializar com mais profundidade no âmbito acadêmico, na organização da categoria, na produção do conhecimento e na intervenção profissional. (DURIGUETTO e MARRO,2016)

Isto posto, “a relação entre o Serviço Social e as lutas das classes subalternas é um componente ineliminável da nossa profissão, uma vez que a sua constituição sócio-histórica tem na questão social – e nas suas determinações centrais – a sua explicação fundante”. (DURIGUETTO e MARRO,2016, p.112)

A aproximação inicial mais expressiva do serviço social com as organizações e movimentos sociais ocorre em meados da década de 70, cenário de efervescência pela redemocratização. Nesse cenário também o ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, denominado o congresso da virada, onde houve a ruptura da categoria com posições conservadoras vigentes na condução das discussões pertinentes à profissão.

Nesta perspectiva, a intervenção do movimento dos atingidos foi iniciada a partir do momento que foram surpreendidos com máquinas adentrando o espaço da comunidade, sem prévio diálogo ou comunicação formal do que estava acontecendo. Nesta perspectiva situa-se que o Movimento dos Atingidos pela construção da Barragem Oiticica liderou 04 (quatro) paralisações das obras, motivadas pelo descumprimento dos cronogramas de andamento das ações sociais, relacionadas ao reassentamento e ao pagamento das indenizações dos atingidos.

Para tanto, na ocasião da última paralisação, o Estado impetrou uma ação de reintegração de posse, sob a penalidade de pagamento de multa diária. Porém, foi nesse cenário que a comissão do Movimento dos Atingidos e o Estado celebraram um Termo de Conciliação Extrajudicial, mediado por um Juiz em 12/05/2016, cuja

finalidade foi pactuar compromissos e prazos, atendendo assim pleitos da população atingida.

Esse documento é monitorado e atualizado em audiências públicas, se constituindo em um campo minado de disputas entre os interesses dos atingidos e as limitações impostas pelo empreendedor. Observa-se assim um processo de organização da classe subalternizada (os atingidos) na direção da construção da contra-hegemonia, resgatando o debate da democracia como um processo vinculado a conteúdos críticos.

Na perspectiva Marxista discutida por DURIGUETTO (2011) a democracia é identificada como um processo de democratização associado à construção de uma nova ordem societária que se contraponha à do capital, assim como

> (...) um processo que tem sua força motriz alimentada nos conteúdos das resistências, dos projetos e das ações organizadas e conscientes dos trabalhadores. Democracia, nessa perspectiva, é a erradicação das formas de concentração do poder econômico e político sob os quais se edificaram e se edificam os regimes democráticos hoje tão enaltecidos. (p.299)

Ainda corroborando com a autora ressalta-se que a democracia não pode ser restrita a dimensão política, se faz necessário a socialização da riqueza, superando assim as estruturas opressoras, da exploração e da propriedade privada. Sem o controle da esfera econômica não há como controlar a esfera política.

Fazendo alusão à realidade observada em Oiticica, a definição e o controle do orçamento destinado às demandas sociais foram previamente elaborados pelo Estado, detentor do poder, limitando assim os benefícios propostos aos atingidos pela construção do reservatório.

Dessa forma, a atuação do Movimento dos Atingidos incide também na garantia de reposição de bens materiais que serão “alagados” pelo barramento em construção. Destacam-se algumas dessas conquistas, a primeira foi a garantia do atendimento aos Agricultores não proprietários e sem-terra, destinando para esse público uma casa e lote agricultável através do projeto das Agrovilas, outra aquisição foi a construção de casas para as famílias conviventes/inquilinos que não possuíam solução própria

de moradia, e a terceira conquista foi a escolha do local onde está sendo construído o novo Distrito que abrigará cerca de 250 (duzentos e cinquenta) famílias.

As obras do Empreendimento Oiticica iniciaram no ano de 2013 de forma enviesada e sem planejamento para as ações sociais, inclusive sem um dimensionamento financeiro para atender as demandas reais das comunidades atingidas. Isso é evidenciado nos Termos de Compromissos assinados nos anos de 2014 e 2015, em que há disparidades nessa quantificação, o que provocou atrasos no andamento das obras, já que o Estado precisou rever seu plano de trabalho e pleitear junto ao Governo Federal aditivos de prazos e de valores. No planejamento inicial só estavam previstos construir os barramentos e pagar indenizações, e mesmo assim em valores subdimensionados, afinal o que se previa pagar aos proprietários correspondia à cerca de R$ 10 milhões, mas o real correspondeu a mais de R$28 milhões de reais.

Fazendo alusão ao lema propagado pelos atingidos pela construção da Barragem Oiticica *"Barragem Oiticica, sim. Injustiças, não (...)"* instiga-se discorrer acerca da cidadania, sendo esta resultante de luta permanente de indivíduos objetivando apropriação dos bens socialmente criados, organicamente ligada à ideia de direitos, a garantia da efetividade de direitos, ou seja, *"injustiças, não".*

Sendo assim (COUTINHO, 1997) dialoga com o pensamento de T. H. Marshall, acerca da importante contribuição desse sociólogo sobre a compreensão da dimensão histórica de cidadania, definindo assim os níveis civis, políticos e sociais de direitos de cidadania.

Referenciando os direitos civis, estes são historicamente construídos, correspondendo ao direito à vida, liberdade de pensamento, de ir e vir, e de propriedade. Os direitos políticos são observados no direito de votar e ser votado, assim como de associação e de organização. Por fim, os direitos sociais compreendem aqueles que permite, ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade. (COUTINHO, 1997)

O autor defende que há uma relação direta entre democracia, cidadania e soberania popular, dialogando entre si, se configurando numa conquista histórica dos

direitos. Sendo assim os direitos um patrimônio da classe trabalhadora resultante da luta de classes.

Para tanto, observa-se incompatibilidade com a sociedade de classe, pois não há condições de ter soberania popular plena, haja vista a venda da força de trabalho e consequentemente exploração. Observam-se avanços nos processos de democratização, porém a democracia efetiva só é possível em um modelo de sociedade que não seja capitalista.

Nesse sentido, compreende-se que ser cidadão está vinculado aos direitos, e que estes fazem parte de uma dimensão histórica e processual, do conceito e da prática. As políticas sociais são determinadas pela luta de classes, nelas os trabalhadores postulam direitos sociais necessários a intensificação das lutas pela realização da cidadania. Essa dinâmica é vivenciada com os atingidos pela construção da Barragem Oiticica, sendo o Estado impulsionado a 'ceder' à pressão social, atendendo os interesses desse segmento subalternizado.

No que tange ainda ao discurso reiterado pelo movimento dos atingidos de "(...) *Direitos, já. No ponta pé não sairemos"* compreende-se que no âmbito dos direitos sociais é fundamental a luta para torná-los efetivos em meio a diversas tentativas do Estado em minimizá-los. No que se refere aos direitos dos atingidos por Barragens, se faz necessário que sejam normatizados e praticados. Desafio sim, pois no Brasil a presença de direitos na Constituição, com tal reconhecimento legal, não garante a efetiva materialização dos mesmos. Nesse sentido, se faz necessária a luta para torná-los dever do Estado, através de política públicas.

O Estado inicialmente não se propunha atender as demandas sociais ocasionadas pela implantação da obra, viu-se obrigado a recuar e negociar, e hoje propaga sua "parceria" com o movimento e dissipa o discurso da "necessidade" do reservatório. Ressalta-se aqui o grande poder de barganha que o movimento conquistou nessa trajetória de luta, cujo espaço está consolidado e a tomada de decisão, na maioria das vezes, é construída coletivamente, com a participação dos atingidos e instituições representativas, reiterando assim que *"(...)No ponta pé não sairemos".*

3 CONCLUSÃO

Assim sendo, o diálogo aqui provocado não se encerra, e instiga diversas reflexões, tanto no viés trazido pelos teóricos mencionados acerca de cidadania e democracia, quanto pela atuação e importância dos movimentos sociais apresentado através da luta e resistência dos atingidos pela construção da Barragem Oiticica.

Considera-se que no Brasil há fragilidades e ausência de normatização para lidar com as demandas dos atingidos por Barragens. Entre 40 e 80 milhões de pessoas já foram fisicamente deslocadas por barragens em todo o mundo. Muitas das pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas. Nesse sentido, esse processo de desapropriação torna-se sinônimo de: destituição de moradias e terra, instabilidade na subsistência financeira, perda de identidade e pertencimento, dentre outras fraturas.

Por fim, reconhece-se para tanto que a atuação do MAB é fundamental para diminuir essas disparidades, haja vista constituir-se um movimento que historicamente protagoniza lutas pela efetivação da cidadania através da participação democrática. E o Movimento dos Atingidos pela construção da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN é referência de atuação politizada e comprometida com os direitos da população.

REFERÊNCIAS

A VIA CAMPESINA. **Vamos globalizar a luta, globalizar a esperança!** Disponível em: https://viacampesina.org. Publicado em: 07/07/2017. Acesso em: 02/03/2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: REVISTA PRAIA VERMELHA. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e MARRO, Katia. **Serviço Social, Lutas e Movimentos Sociais: a atualidade de um debate histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo.** In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista.** In: Revista Emancipação. V.11, n.2. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

_____ e MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

MAB. **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas.** Disponível em: https://www.mabnacional.org.br/historia. Publicado em: 01/08/2011. Acesso em: 26/02/2020.

MAB. **Quem somos.** Disponível em: https://mab.org.br. Acesso em: 05/03/2021.

MOREIRA, Juliana Fernandes. **Direito ao acesso à água: conflitos socioambientais na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu**. Tese (Doutorado) – UFPB/CCEN. João Pessoa, 2017.

SEMARH-RN. **Plano de Reassentamento da Barragem Oiticica – Jucurutu/RN**. KL Engenharia, Fortaleza/CE. Novembro, 2014.